



FORUM DE OPINIÕES

CONTABILIDADE E DESVALORIZAÇÃO MONETÁRIA

“O artigo ‘A Atualização da Contabilidade face à Desvalorização Monetária’, de autoria do Sr. Max I. Epps, publicado no n.º 8 dessa Revista (págs. 29 a 47), é o que de mais lógico, racional e convincente já tive o ensejo de ler sobre o assunto. (...)

“No quadro 1, todavia, parece ter havido uma inversão entre as colunas 5, no débito, e 6, no crédito, quando na realidade deve ser exatamente o contrário (capital no débito?).

“Quanto à execução prática, no que diz respeito às empresas de menor porte, parece-me, outrossim, que basta o levantamento mensal da ‘conta de retificação de índices’ (Quadro 1), sem necessidade de *diário* e *razão* especiais para os valores absolutos, executando-se todo o trabalho na *work sheet* (papel de balancete) de forma ‘extra-livros’.

“Esse artigo de Max Epps, contudo, já pagou de per si toda a assinatura da RAE e merece o máximo em divulgação. (...)”

Rio de Janeiro, GB

OTTO FUCHSHUBER

“Agradeço ao Sr. Otto Fuchshuber suas gentis referências .

“O Quadro 1 (Conta de Retificação por Índices), em que pèse ao seu formato pouco convencional, destina-se a representar uma conta . As colunas 5 e 6 dessa conta mostram, corretamente, os lançamentos, devolvendo às contas individuais do razão os saldos iniciais de dezembro. Êstes, por sua vez, são baseados nos saldos finais de novembro, transferidos das contas do razão para as colunas 1 e 2 dessa conta de retificação por índices . Os saldos do Quadro 2, em 30 de novembro, representam transferências do Quadro 1 para as colunas 1 e 2, e os saldos de 1.º de dezembro, no Quadro 2, representam transferências, das colunas 5 e 6, dos saldos ajustados, agora expressos em termos do poder aquisitivo do cruzeiro em dezembro .

“O razão utiliza, para os valores absolutos, principalmente totais e dados sumários dos registros contábeis comuns; pode, portanto, em alguns casos, ser mantido em work sheets . Como sugere o prezado missivista, no entanto, êsse processo só será interessante para empresas pequenas em que os registros contábeis rotineiros sejam feitos, quase todos, em termos de cruzeiros correntes, e onde os poucos registros remanescentes, normalmente de natureza financeira ou de escrituração, possam ser facilmente segregados.”

São Paulo, SP

MAX EPPS

FAVORECEMOS OS GIGANTES?

*“A abertura do *Forum de Opiniões* favorece-me o ensejo de, sem pretender denigrir os incontestáveis méritos dessa Revista, dizer-lhes de quanto tenho estranhado a política que, ao que parece, vocês adotaram no sentido de só se preocuparem com os problemas das empresas gigantes .*

“Com efeito, salvo melhor juízo, tenho para mim que as mensagens principais de seus trabalhos só encontram cam-

po favorável para aplicação nas organizações demasiado complexas e de grande gabarito.

“Que tal se vocês resolvessem dispensar um pouco mais de atenção para nós, os pobres, isto é, os administradores de pequenas emprêsas?”

“Creio que isso não seria difícil para vocês que dispõem de excelente aparato material e humano para realizar pesquisas, analisar problemas e propor soluções.

“Desculpem se estou sendo irreverente; o fato é que, pelo menos no Brasil (e como seria desejável que vocês pensassem um pouco mais no Brasil e um pouco menos nos Estados Unidos. . .), a grande maioria dos administradores enfrenta problemas completamente diversos dos aventados em seus planos, profundos sim, mas inexecutáveis.

“Não peço a publicação desta carta (isto fica inteiramente a critério de vocês). Se quiserem, nem precisam responder a ela. O de que gostaria no entanto, é que vocês fôsem apenas um pouco mais realistas. Só isso.”

São Paulo, SP

FERNANDO ANTÔNIO DA SILVA ARÊAS

A maneira sincera com que o Sr. Fernando A. S. Arêas formula sua crítica à seleção de assuntos e ao conteúdo dos artigos publicados na Revista de Administração de Emprêsas merece de nós o maior respeito e uma resposta não menos sincera.

De antemão, cabe-nos salientar que o Corpo Redatorial da Revista não adotou nenhuma diretriz ou “política no sentido de só se preocupar com os problemas das emprêsas gigantes”. Pelo contrário, a maioria dos problemas abordados na RAE são comuns a uma multiplicidade de emprêsas nacionais, qualquer que seja seu tamanho. Esta opinião decorre do fato de os autores da RAE serem, na grande maioria, professores de ensino superior residentes

no Brasil, que mantêm, diàriamente, intenso contato com os problemas enfrentados por nossas emprêsas, seja em francos debates com empresários, seja em salas de aula, seja, ainda, em atividades de pesquisa profissional e de consultoria técnica prestadas à comunidade de negócios de São Paulo e de outros Estados.

Além de seus estudos (necessariamente teóricos, mas sem os quais o professor não passaria de mero imitador), é dêsse convívio com a realidade que surgem as idéias e os planos que o Sr. Arêas considera tão “profundos, mas inexecutáveis”.

A dúvida que, entretanto, nos assalta é a seguinte: serão êsses planos realmente inexecutáveis? Ou, por vêzes, apenas complexos, devido ao fato de a própria natureza do assunto requerer do administrador uma compenetração que ultrapassa o esforço exigido pela execução das atividades rotineiras?

O certo é que essa compenetração constitui requisito inadiável para o empresário que, enquanto “pequeno”, deseja tornar-se “médio” e, quando médio, transformar-se em “grande”, progredindo sempre.

É pelas inovações que uma emprêsa se destaca de outra ao impulsionar-se em direção ao crescimento rápido e ordenado. Em última análise, nosso maior objetivo, ao publicar a RAE, é justamente o de forjar instrumentos capazes de orientar o crescimento rápido e ordenado da emprêsa nacional, sempre com vistas à melhoria da produtividade. Para isto, infelizmente, não há soluções fáceis. . .

Por vêzes, os esquemas de “como fazer. . .” ou “como resolver. . .”, tão amplamente divulgados por certa literatura destinada ao administrador, parecem preencher perfeitamente os requisitos da problemática empresária. Geralmente, contudo, isto não passa de uma ilusão.

Feitas essas ressalvas, cabe-nos reconhecer que muito pouco temos feito no intuito de compreender e resolver os problemas específicos das pequenas e médias emprêsas. Até há pouco, o próprio Corpo Docente da Escola de Adminis-

tração de Empresas de São Paulo dedicou-se apenas ocasionalmente a êsse aspecto. Hoje, porém, não mais se aplica êsse "pecado de omissão", pois estamos em plena execução de um projeto que se destina exclusivamente à investigação dos problemas das pequenas e médias empresas no Brasil.

Sem dúvida, êsse projeto deixará seus marcos nas publicações da RAE, seja diretamente, pela publicação de artigos, seja indiretamente, pela ampliação de conhecimentos que proporcionará aos professôres da EAESP.

Entre os resultados dessa pesquisa esperamos poder encontrar uma resposta, ao menos parcial, à dúvida que o Sr. Arêas oportunamente nos sugere e que, a nosso ver, ninguém conseguiu, até hoje, equacionar satisfatòriamente: em que se distinguem, no Brasil, os problemas da grande e da pequena empresa? . . .

A REDAÇÃO